



Universidades Lusíada

Pinto, Ana Lourenço

Arquitetura assistencial nas Caldas de Monchique : um conceito, diferentes realidades históricas

<http://hdl.handle.net/11067/6075>

<https://doi.org/10.34628/kp5k-p910>

Metadados

Data de Publicação

2020

Resumo

Devido à existência de águas termais, as Caldas de Monchique possuem uma história com dois mil anos, no domínio da saúde, mas também da assistência aos mais desfavorecidos. Essa história é composta por diferentes períodos de tutela, religiosa, pública e privada, que resultaram em dinâmicas muito distintas, e num interessante conjunto de edifícios. Desse património, destacam-se os projetos para balneários termais e capelas, tendo em conta a assistência corporal e espiritual que ali tiveram lugar....

Due to the existence of hot springs, Caldas de Monchique has a two thousand years history, in the field of health, but also of assistance to the underprivileged. This history is composed of different periods of protection: religious, public and private, resulting in very different dynamics, and in an interesting collection of buildings. In this heritage complex, the projects for thermal spas and chapels stand out, taking into account the physical and spiritual assistance that took place there. T...

Tipo

bookPart

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-01-10T15:48:48Z com informação proveniente do Repositório

COORDENAÇÃO

Joana Balsa de Pinho

Maria João Bonina

Fernando Grilo

Cybelle Salvador Miranda

Ronaldo Marques de Carvalho

Arquitetura assistencial luso-brasileira da Idade Moderna à contemporaneidade

ESPAÇOS, FUNÇÕES E PROTAGONISTAS



THEYA

Arquitetura assistencial nas Caldas de Monchique: um conceito, diferentes realidades históricas

Resumo

Devido à existência de águas termais, as Caldas de Monchique possuem uma história com dois mil anos, no domínio da saúde, mas também da assistência aos mais desfavorecidos. Essa história é composta por diferentes períodos de tutela, religiosa, pública e privada, que resultaram em dinâmicas muito distintas, e num interessante conjunto de edifícios. Desse património, destacam-se os projetos para balneários termais e capelas, tendo em conta a assistência corporal e espiritual que ali tiveram lugar.

A relação entre paisagem natural e arquitetura é decisiva para compreender a cenografia desta paisagem termal.

Abstract

Due to the existence of hot springs, Caldas de Monchique has a two thousand years history, in the field of health, but also of assistance to the underprivileged. This history is composed of different periods of protection: religious, public and private, resulting in very different dynamics, and in an interesting collection of buildings. In this heritage complex, the projects for thermal spas and chapels stand out, taking into account the physical and spiritual assistance that took place there.

The relationship between natural heritage and architecture is crucial for understanding the set design of this thermal landscape.

1. ARQUITETURA ASSISTENCIAL: UM CONCEITO

Antes de desenvolvermos o tema de trabalho, sentimos a necessidade de desconstruir o conceito de *arquitetura assistencial*, a fim de melhor compreendermos a origem epistemológica, o raio da sua função e da sua abrangência.

Nesse exercício, importa reter em primeiro lugar a noção de *assistência*, no sentido do «meio através do qual se presta auxílio e socorro»¹. Implica, pois, a existência de um sujeito que carece dessa ação auxiliadora e necessariamente a de outro, que a disponibiliza, numa relação bilateral entre utentes e recursos humanos, no contexto específico da arquitetura assistencial. Na primeira categoria, pode contar-se o público em geral, ou um grupo restrito de indivíduos, assim como a iniciativa deste tipo de edifícios pode ser de natureza diversa, civil, militar ou religiosa, de acordo com os seus promotores e/ou administradores.

As motivações que levam à construção destas infraestruturas de assistência são, também elas, de origem diversa, podendo ser suscitadas por atos de filantropia, por noções de política pública como o Estado Social, responsabilidade

¹ Fernanda Martins Soares (dir.), *Dicionário enciclopédico*, vol. II, Alfragide, S.A.P.E./ Clube Internacional do Livro, 2004, p. 598.

social, ou pela prestação particular de serviços, o que se traduz numa atividade gratuita ou em cuidados pagos, no caso da iniciativa empresarial.

Muitas vezes, a arquitetura assistencial é reduzida à mera atividade filantrópica, que se define – regra geral – pela gratuidade dos serviços prestados, quando, na realidade, os serviços pagos (num hospital privado, por exemplo) são também, *per si*, atividades de tratamento, de ajuda, e por conseguinte, assistenciais. Importa sublinhar que a arquitetura assistencial não é forçosamente *arquitetura filantrópica*, embora essa conotação assente historicamente numa realidade mais visível, de que as Caldas de Monchique são um exemplo válido, na medida em que a assistência assumiu formas distintas, ao longo dos seus dois mil anos de história.

Se a caridade se define como uma das virtudes teológicas cristãs, que consiste em «amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos»², consubstanciada na compaixão, generosidade e auxílio aos necessitados (socialmente desvalidos ou economicamente desfavorecidos), não é, porém, a caridade que circunscreve a noção de uma tipologia arquitetónica de matriz assistencial, na sua totalidade.

Ora, a assistência pode ser dirigida para a necessidade de cuidados corporais ou espirituais, consoante o enfoque dado pelas instituições que a prestam. No primeiro caso, destaca-se o âmbito dos hospitais, sanatórios, termas, asilos, lares, clínicas, etc., que dirigem a sua atuação para os problemas de saúde. Aqui, o auxílio procura dar resposta a carências de tratamentos médicos, abrigo, alimentação, ou criar condições favoráveis à convalescença, profilaxia, cuidados continuados, segurança e bem-estar.

Já os cuidados espirituais encontram essencialmente lugar em templos religiosos, fornecendo conforto espiritual, orientação moral e lugar simbólico às práticas de fé. Todavia, a função assistencial não se circunscreve de forma rígida nestes espaços, uma vez que as instituições de cuidados corporais têm em vista o bem-estar físico, psicológico e social, numa perspetiva holística do indivíduo, ao passo que instituições como as Misericórdias se dedicam em simultâneo, e de forma complementar, ao cumprimento de obras corporais e espirituais. Compreende-se, assim o grande raio de abrangência das práticas assistenciais e a complexidade das suas dinâmicas. De resto, podemos afirmar que a arquitetura não é, só por si, assistencial; são precisamente essas dinâmicas internas, das funções desempenhadas pelos recursos humanos e do papel dos utentes, e todos os outros aspetos imateriais inerentes, que garantem o sentido especializado e utilitário das construções ditas *assistenciais*.

² *Idem, ibidem*, p. 1247.

A utilização da água termal para fins terapêuticos motivou a criação de edifícios balneares, desde o Império Romano até à Época Contemporânea, e que são centrais na arquitetura de saúde das Caldas de Monchique. No entanto, a necessidade de infraestruturas complementares justificou a edificação de outras tipologias arquitetónicas, de alojamento para os aquistas, de vilegiatura e de lazer, que – não sendo diretamente *assistenciais* – são parte importante na cenografia da paisagem termal, orbitando em torno dos banhos. Neste contexto, a arquitetura assistencial mostra-se poliédrica, e com especial interesse, à luz da história da arte.

2. CALDAS DE MONCHIQUE: DIFERENTES CONTEXTOS HISTÓRICOS E ARQUITETÓNICOS

1.1. Idade Moderna

Monchique é um concelho do Algarve, no extremo Sul de Portugal. Esta província é conhecida pelas suas belas praias, no entanto, Monchique fica situado no interior, em território montanhoso. A 7 km a sul da sede do concelho, estão localizadas as Caldas de Monchique, estância termal, cujo vale foi palco de construções de diferentes tipologias dispersas na paisagem, ao longo dos seus dois mil anos de história, e que foram tema do nosso trabalho de mestrado³.

No que concerne à arquitetura intrinsecamente assistencial, há a registar a evolução dos edifícios balneares, assim como de infraestruturas para o culto religioso. Com efeito, a relação entre saúde e espiritualidade manifestou-se aqui desde o balneário romano, conforme atesta a ara votiva que uma mulher, de nome Patúlcia, dedicou a estas «águas sagradas» no século I d.C.

Apesar do âmbito deste artigo se situar nas Épocas Moderna e Contemporânea, importa conhecer a génese da função termal nas Caldas de Monchique, no sentido de balizar e compreender a sua evolução. As propriedades da água termal são irrepetíveis noutra lugar, pelo que o seu aproveitamento foi feito nas fontes de onde emerge do solo, aproveitando a temperatura de 32,5 °C, obrigando à migração geográfica dos banhistas. Parecia tratar-se de um «grande edifício de termas»⁴, não só pelas suas dimensões, mas ainda pelos pavimentos ornamentados, e objetos votivos provenientes de outros pontos do Império (como estatuetas em bronze), que ali foram encontrados em escavações na década de 1940.

³ Ana Maria Lourenço Pinto, *Realizações e utopias: o património arquitectónico e artístico das Caldas de Monchique na cenografia da paisagem termal*, 1.ª ed., Lisboa, Fundação Oriente, 2015.

⁴ Octávio da Veiga Ferreira, «A cerca das ruínas do Balineum lusitano-romano das Caldas de Monchique», *Engenho – Órgão do Sindicato Nacional dos Engenheiros, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*, vol. 18, n.º 1, janeiro/março de 1963, p. 16.

Depois dos Romanos, segue-se um enorme período de trevas historiográficas, em que só ouvimos falar de novo nas Caldas de Monchique nos alvares da Época Moderna, com a ida de D. João II a banhos, em 1495. O Rei optou por estas termas devido à sua fama e comprovados efeitos na hidropisia de que padecia, tendo mandado «concertar as caldas, e seu aposentamento, e tudo o que fosse necessário»⁵, antes de ali se deslocar. Esta ordem do monarca revela edifícios preexistentes destinados aos tratamentos, cuja origem construtiva se desconhece, mas que precisavam de melhoramentos condignos para albergar o Príncipe Perfeito. A crónica esclarece, porém, que já existiam não só as caldas – ou seja, o balneário – como também os necessários alojamentos para albergar os banhistas, numa complementaridade funcional que se justificava por tratar-se de um sítio ermo na serra de Monchique, distante de qualquer outra povoação – mais ainda no caso de enfermos, que necessitavam dessas instalações junto ao local dos tratamentos, que se prolongariam por alguns dias.

Mas será preciso esperarmos um século pela primeira descrição das únicas termas algarvias, que consistiam então em «uma casa e dentro está a fonte, onde se banham e lavam as pessoas, que aí vão para despidos se lavarem secretamente, e a mandou fazer el-rei D. João o segundo»⁶. Depreende-se, pois, que existia apenas um edifício, onde tinham lugar os banhos e os alojamentos, cuja construção o autor – Henrique Sarrão, por volta de 1600 – atribuíu, porém, àquele monarca. Certo é que, 40 anos depois, será o bispo do Algarve D. Francisco Barreto a mandar construir «algumas pequenas casas»⁷ para cobrir as águas e agasalhar as pessoas quando sahissem dos banhos dos banhos, estabelecendo quartos com camas para acomodar os pobres»⁸, no primeiro indício de atividade caritativa junto dos mais desfavorecidos nas Caldas de Monchique. Consistia em três divisões, com o respetivo corredor, sendo a primeira abobadada, a segunda contendo três camas e uma cozinha, enquanto na terceira se alojavam os criados e doentes pobres, quando eram muitos⁹. Por esta altura, havia

⁵ Garcia de Resende, *Crónica de Dom João II e miscelânea*, reedição da edição de 1798, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, p. 274.

⁶ Manuel Viegas Guerreiro; Joaquim Romero Magalhães (apresentação, notas e glossário), «Duas descrições do Algarve do século XVI: frei João de S. José, corografia do reino do Algarve (1577), Henrique Fernandes Sarrão, história do reino do Algarve (circa 1600)», *Revista de História Económica e Social – Cadernos*, n.º 3, 1983, p. 155.

⁷ Aqui, o termo *casa* significa, na realidade, uma divisão da casa e não o edifício na sua totalidade.

⁸ João Baptista Lopes, *apud* Augusto da Silva Carvalho, *Memórias das Caldas de Monchique*, Monchique, Comissão Administrativa das Caldas de Monchique, 1939, p. 27.

⁹ Cf. *idem, ibidem*, p. 33. Com base no relato do Dr. António Teixeira, anterior a 1691.

ainda outro edifício para banhos, propriedade do capitão geral do reino do Algarve, o que demonstra o interesse do poder religioso e do poder temporal em dotar as caldas de condições para os tratamentos termiais.

E seria o prelado D. Simão da Gama a fundar um hospital termal¹⁰ em 1691, por alvará de D. Pedro II, tendo no ano seguinte procedido à construção de uma hospedaria e ao arranjo das preexistências e dos acessos. Os seus sucessores ficariam responsáveis pela manutenção e pelo aumento da instituição assistencial, ao «serviço de Deos e bem dos enfermos pobres e miseráveis»¹¹, pelo que cada bispo fez questão de deixar registado em lápides nas paredes as obras de ampliação que promoveu, contribuindo ao longo do século XVIII para a gradual complexidade funcional do hospital que ia crescendo paralelamente ao vale, quer com a construção de dormitórios divididos por sexo, uma capela, de um banho de lodo, cozinhas ou latrinas, transformando-o gradualmente num edifício autónomo e especialmente organizado, com funções complementares aos banhos. Em 1780, contaram-se cerca de 350 enfermos pobres, o ano em que D. Fr. Lourenço de Santa Maria os isentou de pagar qualquer espórtula pelos serviços prestados no hospital.

A arquitetura hospitalar possuía também uma dimensão espiritual, com a inclusão de uma capela no interior do edifício, servindo de barreira física e moral entre os aposentos femininos e masculinos, juntamente com a Fonte da Torneira, onde era ingerida água termal para tratamento interno. Desconhece-se se o oratório já estaria previsto desde a tutela de D. Simão da Gama, ou se apenas foi aduzido sob ação do bispo-cardeal Pereira, em 1731. Certo é que a sua invocação era a S. João de Deus, santo português nascido em 1495, fundador da Ordem dos Irmãos Hospitaleiros e canonizado em 1691¹², no preciso ano em que foi oficializada a administração da Diocese do Algarve sobre as Caldas de Monchique. E, se a fonte termal dos banhos para homens era de S. João, a ala balnear feminina era dedicada a Santa Teresa. A Igreja dá continuidade, assim, à sacralização destas águas, cristianizando-as, ao mesmo tempo que cria um espaço litúrgico, de oração pelo restabelecimento da saúde e para a dotação de esmolas para o hospital.

As paredes da capela e da fonte possuíam revestimento azulejar barroco, que além do interesse artístico, revela-nos uma iconografia assistencial invulgar, testemunhando o dia a dia do estabelecimento, o carácter divino da água, bem como cenas inspiradoras da vida do seu padroeiro, que se dedicou ao auxílio dos pobres, em Granada (fig. 1).

¹⁰ O segundo da Europa, a seguir ao das Caldas de Rainha (fundado em 1485).

¹¹ Cf. Augusto da Silva Carvalho, *op. cit.*, p. 60.

¹² Jorge Campos Tavares, *Dicionário de santos*, 3.^a edição, s. l., Lello Editores, 2004, p. 86.

Na viragem para o século XIX, sabemos que a Hospitalidade de S. João de Deus, apesar de gerida pela Diocese, recebia também civis e militares. Existiam, pois, doentes contribuintes, que pagavam os seus banhos, cuja receita revertia para o sustento dos desfavorecidos, tratados gratuitamente.

E em inícios de Oitocentos, o militar inglês George Landmann regista uma mutação mental que já se fazia sentir noutras termas europeias: além de lugar de cura, as Caldas de Monchique começavam a ser um destino de veraneio para a sociedade¹³, com o aluguer de casas de campo. Nesta fase, a estância termal assume-se como um dos primeiros destinos do turismo de lazer no Algarve, não lhe retirando o mérito de ter sido o primeiro destino de saúde, desde o Império Romano.

A pintura realizada por Landmann (fig. 2) é a primeira representação iconográfica do edifício balnear, em que os diferentes corpos arquitetónicos nos permitem compreender as sucessivas ampliações de que foi sendo alvo por parte dos mecenas.

Porém, o crescimento espontâneo do hospital na Época Moderna nas Caldas de Monchique foi interrompido pelo crescente anticlericalismo e insegurança, decorrentes das Guerras Liberais, acabando os bispos do Algarve por abandoná-lo em 1833.

1.2. Idade Contemporânea

Em 1835, o hospital encontrava-se em progressiva ruína, tendo transitado para alçada pública do distrito de Faro, que lhe promoveu obras, ocorrendo a ele gentes da Andaluzia, Catalunha e Gibraltar, além de portugueses. Seis anos depois, havia um plano de melhoramentos, mas do qual se desconhece o teor, e que parece não ter sido executado. Inicia-se, pois, o aceso debate sobre a necessidade de um plano de melhoramentos, tanto na esfera política, como na imprensa¹⁴. Obras pontuais em benefício dos pobres são promovidas, como uma nova enfermaria masculina em 1862, e uma feminina em 1874, ambas no fundo do vale.

Mas o velho hospital era agora considerado insalubre e sem condições para os tratamentos, de acordo com as teorias higienistas e a crescente especialização da medicina e da engenharia civil, suscitando opiniões contraditórias, ora a favor da sua demolição e construção de raiz de um novo estabelecimento balnear, ora favoráveis à remodelação e atualização das infraestruturas. A verdade é que, apesar da discussão, o edifício foi sendo utilizado até à sua completa demolição, em 1951.

¹³ Cf. George Landmann, *Historical, military, and picturesque observations on Portugal*, vol. II, Londres, T. Cadell and W. Davies, 1818, p. 128.

¹⁴ Ana Pinto, *op. cit.*, pp. 55-62.

Por outro lado, reforçava-se a hierarquização social dos frequentadores das termas, vertida na disposição geográfica dos edifícios e na utilização restrita dos espaços de lazer, como denunciava o deputado Aragão Mascarenhas em 1861: «para o doente pobre a cura é água e encerro, e para o que não é pobre a cura é água, o passeio e ar livre!»¹⁵.

A direção do estabelecimento termal passa a ser feita por um médico, e apesar de não haver um plano de melhoramentos definido, foram sendo levantadas edificações, como a habitação do diretor, em torno do parque, privilegiando-se a sociabilidade em detrimento de uma solução definitiva para o balneário. Na verdade, a água termal é o elemento justificador da identidade, da história e da economia das Caldas de Monchique. Ao ser relegada para segundo plano pelas administrações, verificou-se, em diferentes períodos, a estagnação ou retrocesso, como iremos perceber. A desarticulação entre o momento de crescimento das termas, em geral, a chegada tardia das vias de comunicação e a ausência de ferrovia nesta estância termal foram também obstáculos ao seu desenvolvimento na segunda metade de Oitocentos.

Em 1882, entra em cena o médico João Bentes Castel-Branco, que estará ligado ao percurso destas caldas durante mais de 50 anos. Desde logo, procurou deter a concessão do estabelecimento termal e promover a criação da *Aldeia do Banho*, fundando uma verdadeira povoação. No entanto, o seu projeto inicial colide com os preceitos médicos e da engenharia exigidos pelo Estado para os estabelecimentos hidrológicos. Entretanto, continuam a digladiar-se opiniões de técnicos, como Rodrigo Maria Berquó¹⁶, que defendia a demolição total das préexistências, objetivo contestado pelo Dr. Frederico Gomes.

Bentes Castel-Branco venceu o concurso de adjudicação do estabelecimento termal em dezembro de 1894. Data de dois anos depois o conjunto de projetos que o arquiteto Nicola Bigaglia desenhou para o novo concessionário. Certamente, as propostas terão sido fruto de um diálogo técnico entre os conhecimentos clínicos do concessionário e o talento do artista italiano, nomeadamente em relação ao balneário, que seria apenas atualizado numa estética neoárabe, dando continuação ao edifício do *club*, com uma passagem coberta entre ambos. De resto, previa-se a construção de raiz de um hospital – dando continuidade à tradição assistencial para pobres – e respetiva albergaria, de um Grande Hotel, assim como uma nova capela (independente dos banhos) e o referido *club*, que

¹⁵ Ana Pinto, *op. cit.*, p. 59.

¹⁶ Responsável pelo projeto do estabelecimento termal das Caldas da Felgueira (em 1882) e mais tarde administrador do Hospital Termal das Caldas da Rainha.

além dos salões de baile, leitura e jogos, teria ainda as instalações da farmácia e do consultório.

O hospital iria ser composto por dois pisos, o inferior destinado às instalações de hidroterapia e banhos termais, juntamente com a enfermaria feminina e respetivas dependências, enquanto no piso superior ficaria a ala masculina e a ligação à albergaria (com 11 quartos), que, por sua vez, estaria ligada ao estabelecimento balneoterápico. A austeridade da arquitetura hospitalar utilitária traduzia a condição humilde dos seus utentes, com singelos apontamentos ornamentais na fachada. Localizado na zona baixa do sul do vale, o hospital seria uma presença discreta, longe dos olhares da elite frequentadora da parte norte, onde teriam lugar os equipamentos de lazer e embelezamento paisagístico. Todavia, nem o hospital para pobres nem o estabelecimento hidroterápico viriam a ser construídos.

Além do mais, o adjudicatário pretendia reforçar a divisão social entre os habitantes, com a criação do bairro popular e do bairro aristocrático, à imagem das estâncias termais internacionais e do que já se desenhava nas Caldas de Monchique desde os alvares do século XIX.

Adepto das teorias naturistas e hidroterápicas do padre alemão Sebastian Kneipp, o médico pretendia ainda erigir uma casa de saúde, onde tivessem lugar estas terapias alternativas, em complemento aos tratamentos termais convencionais, diversificando a oferta terapêutica das Caldas de Monchique, de uma forma inovadora em Portugal. Com todos estes edifícios concebidos pelo célebre arquiteto, as Caldas algarvias teriam mais equipamentos de apoio para o estabelecimento termal, mas passariam ainda a gozar de uma aura cosmopolita, no coração da serra de Monchique. Pela primeira vez na sua história, existia um plano de melhoramentos estruturado e que ia além do mero utilitarismo das instalações balneares, com a visão estética e qualificada de um artista.

Mas Bentes Castel-Branco seria provisoriamente afastado das termas, tendo ocupado o lugar de guarda-mor da saúde em Lisboa, entre 1901 e 1906. A par de conflitos políticos já abertos com a elite instalada nas Caldas de Monchique, a sua ausência viria a enfraquecer os planos que tinha para as termas algarvias, porquanto em 1903 um relatório do inspetor das águas minerais, Tenreiro de Sarzedas, viria denunciar a «promiscuidade de utilizações»¹⁷ que comprometia

¹⁷ Joaquim Tenreiro de Sarzedas, *Algumas estancias hydromedicinaes e instalações hydrotherapicas da França e Suissa (impressões d'uma viagem d'estudo). As estancias hydromedicinaes portuguezas em 1906 (observações colhidas em inspecção medica). Os principaes agentes da physiotherapia (breves traços historicos escientificos)*, ed. do Autor, Lisboa, 1907, p. 120.

a higiene e a salubridade do antigo balneário, que ainda nem tinha sofrido as prometidas obras de reabilitação. Desta forma, o plano de melhoramentos seria oficialmente interrompido no ano seguinte, pelo que só uma parte das propostas de Bigaglia foi concretizada em obra. O poeta e pintor Ângelo de Lima verteria para a tela (fig. 3) o plano de intenções do concessionário, em 1899, com o aspeto das Caldas, caso os objetivos de Castel-Branco tivessem sido cumpridos.

A maquete pictórica mostra-nos, porém, os edifícios da hospedaria nova, do *club*, do *chalet* do mercado e da casa de saúde, que o concessionário havia construído, mas, por outro lado, exhibe as utopias do encomendador – que não chegaram a materializar-se –, no caso do novo estabelecimento hidroterápico (no prolongamento do *club*) e do Grande Hotel. Na obra, é possível ver ainda alguns *chalets* particulares que individualidades da cena política algarvia haviam implantado nas cercanias da propriedade do estabelecimento termal. Toda uma rede de infraestruturas, de serviços, alojamentos e vilegiatura, que surgem na órbita da atividade assistencial, justificada pela existência das águas termais neste vale. Ao mesmo tempo, começam a ser plantadas espécies vegetais, autóctones e exóticas, de forma a emoldurar as arquiteturas revivalistas deste romantismo tardio, numa veraz teatralização da paisagem termal, na intenção do adjudicatário de criar uma «paróquia autónoma de turismo»¹⁸.

No domínio da assistência espiritual, Bentes Castel-Branco procurou minimizar a promiscuidade de funções e garantir a dignidade de um novo templo, fisicamente autónomo do edifício balnear. Além do projeto de Bigaglia, conhece-se um outro (de autor incógnito), também de matriz medieval, e ainda o de Manuel Ferreira dos Santos, em 1903 (fig. 4), numa arrojada proposta eclética.

Com o embargo do plano de melhoramentos do adjudicatário, por parte do Estado em 1904, nenhum dos desenhos foi realizado em obra, mantendo-se o velho oratório bispal no interior do balneário. Castel-Branco havia sido um republicano assumido e, nessa condição, os seus amigos políticos haviam instalado os seus *chalets* de veraneio nas Caldas de Monchique. Ora, ao tornar-se um monárquico fervoroso (por motivos que desconhecemos), ganhou ali uma fileira de inimigos, prontos a impedi-lo de levar a cabo os seus planos. O ambiente crispado resultou na exoneração do concessionário em 1921, após anos de batalhas judiciais e políticas. O Estado voltou, pois, a tomar posse do estabelecimento

¹⁸ João Bentes Castel-Branco, *Bazes para a construção d'uma companhia exploradora das Caldas de Monchique*, dactilografado, 17 de agosto de 1913, Arquivo da Sociedade das Termas de Monchique II.

termal, mas o clínico continuaria ligado às Caldas até à sua morte, em 1940, devido aos negócios que ali desenvolvia a título particular.

Em 1937, o Dr. Alberto Júlio de Sousa é nomeado presidente da Comissão Administrativa das Caldas de Monchique (CACM), composta ainda pelos irmãos Dr. José de Sousa Costa (diretor clínico) e Manuel de Sousa Costa, equipa que iria tentar insuflar o renascimento das caldas monchiquenses, com o apoio do ministro das Obras Públicas, Eng.º Duarte Pacheco. Deu-se então início à demolição faseada do velho balneário construído pelos bispos do Algarve, tendo sido retirados os azulejos da capela e da fonte da Torneira, e procedeu-se à captação das fontes termais. Em simultâneo, foram realizadas escavações arqueológicas, que permitiram fazer o levantamento das estruturas sobreviventes do balneário romano.

Foi levantado um pequeno balneário provisório na emergência das fontes, pela Direção-Geral de Minas e Serviços Geológicos (DGMSG) com equipamentos para tratamentos respiratórios, banhos e duche escocês, até que um novo hospital definitivo tivesse lugar nas Caldas. O edifício provisório – mas que viria a ser utilizado ao longo de décadas – exibia o cunho tradicionalista e horizontal da estética *português suave* (amplamente difundida no período do Estado Novo em Portugal), com as suas paredes caiadas com barrão pintado e telhados com beiral. Ao lado, a casinha da *Buvette* (para ingestão da água termal), a fazer conjunto com o balneário (fig. 5).

Em oposição ao estilo da *casa portuguesa*, o escultor alemão Bernhard Hoetger oferecera em 1938 uma série de desenhos ao diretor clínico, propondo o ansiado hospital-balneário com uma sobriedade de pendor modernista dos Estados totalitários europeus (fig. 6). Também em Portugal, esta estética foi adotada em edifícios oficiais, denotando uma dualidade arquitetónica sob o patrocínio do Estado, ora singela e tradicionalista, ora austera e monumental. As propostas para as Caldas de Monchique exprimem, precisamente, a bifurcação da linguagem arquitetónica nacional.

A própria DGMSG viria a submeter o desenho de um balneário em 1944, talvez ainda mais austero que o de Hoetger na sua retilinearidade, estendendo-se também paralelamente ao vale das termas, mas que também ficaria em suspenso (fig. 7).

Seria pela mão do arquiteto Sebastião Formosinho Sanchez que seria desenhado o novo hospital termal, por via da Comissão das Construções Hospitalares e em linha com a prática assistencial da já longa história das Caldas de Monchique, tendo em conta a gratuidade dos serviços para os mais desfavorecidos, num «programa socialmente responsabilizado»¹⁹. O autor ficaria conhe-

¹⁹ Sebastião Formosinho Sanchez, *Hospitais: da organização à arquitectura*, Lisboa, Editorial Estúdios Cor, 1969, pp. 10 e 29.

cido pela ousadia modernista em exemplos como o Bairro das Estacas (Lisboa, 1949-1958), mas também pela especialização em infraestruturas hospitalares, como o Centro de Reabilitação de Alcoitão, cujo projeto comunga com o hospital termal do arejamento moderno, da conjugação entre os panos brancos e a cor do tijolo.

O então presidente da CACM, Manuel de Sousa Rosal, defendia com grande lucidez – a nosso ver – a água termal como motor do desenvolvimento das Caldas de Monchique, e que

[...] o balneário é [...] a célula mãe de todas as outras concepções construtivas termais. [...] Só depois de o balneário construído, tecnicamente apetrechado e em desempenho da sua função terapêutica, poderá o Estado com maior facilidade negociar e levar a bom termo o trabalho de atração de capitais para esta obra, de tão grande envergadura financeira e de tão justificado interesse nacional²⁰.

O hospital, cuja construção era defendida desde meados de Oitocentos, estava finalmente concluído em 1966. Todavia, as circunstâncias foram-lhe desfavoráveis: o Estado não encontrou mecanismos para custear a sua manutenção, tendo passado esse ónus para a CACM (que tinha ainda menos possibilidades), pelo que o hospital (fig. 8) não chegou a abrir e os seus equipamentos foram dispersos por outros hospitais. Um final inglório para um sonho tão acalentado.

A CACM conseguira, porém, concretizar o projeto de uma nova Capela (fig. 9), após a demolição da primitiva, para que os aquistas tivessem o necessário local votivo. O desenho foi oferecido pelo incontornável arquiteto Guilherme Rebelo de Andrade, provavelmente por solicitação de Duarte Pacheco.

A sua traça neobarroca pretende iludir o observador, levando-o a pensar que foi erigida no período da tutela dos bispos do Algarve, tal como os painéis de azulejos dedicados aos padroeiros que revestem o seu interior com cenas assistenciais ligadas a S. João de Deus e à vida mística de Santa Teresa de Jesus, concebidos por Gilberto Renda antes da sua inauguração, em 1945. Na verdade, só o retábulo (proveniente da Basílica da Estrela, Lisboa) é original do século XVIII, conferindo autenticidade barroca a esta verdadeira *obra de arte total*.

Depois da Revolução de 1974, o estabelecimento termal passa para a tutela da empresa pública de turismo ENATUR e o Hotel Termal sofre obras de adaptação, passando desde 1977 a servir de unidade hoteleira, e o balneário provisório continua em funcionamento na aplicação dos tratamentos termais. E, em 1994, a Fundação Oriente adquire o trespasse de todas as unidades hoteleiras e termais que faziam

²⁰ Intervenção do deputado Sousa Rosa na sessão da Assembleia Nacional, 11 de dezembro de 1963.

parte do Estabelecimento Termal das Caldas de Monchique. Introduz-se o conceito de turismo de saúde e bem-estar e o conjunto passa a designar-se Villa Termal das Caldas de Monchique – Spa Resort, dinâmica que ainda hoje se mantém nas termas algarvias, promovendo diferentes aplicações balneoterápicas com água termal e cuidados de Spa na prevenção de doenças, no seu tratamento, ou simplesmente como prática de bem-estar e relaxamento.

O Estado comparticipava os tratamentos terapêuticos prescritos através do Sistema Nacional de Saúde, no reconhecimento do poder curativo das águas termais, nas massagens e outros tratamentos para problemas respiratórios e músculoesqueléticos. Em 2011, cessou esse apoio estatal, que contribuía para manter a tradição anual de muitos aquistas de buscar na água das Caldas de Monchique o alívio para os seus padecimentos, cuja tradição se iniciou, nesta vertente assistencial, há, pelo menos dois mil anos, com os Romanos.

NOTA CURRICULAR

Ana Lourenço Pinto licenciou-se em História da Arte na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 2008, tendo dedicado o seu percurso académico ao património histórico-artístico do concelho de Monchique (Algarve), localidade de origem da sua família materna.

Concluiu na mesma instituição o mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, em 2014, com a dissertação *Realizações e utopias: o património arquitectónico e artístico das Caldas de Monchique na cenografia da paisagem termal*.

Com experiência profissional no sector da animação turística (Touring Cultural e Paisagístico), participou em ações de inventário de património religioso (Diocese de Bragança-Miranda), estágio no departamento de Exposições e Reservas Museológicas do Museu do Oriente (Lisboa), produção de exposições em Monchique, entre outras.

Trabalhou na Villa Termal das Caldas de Monchique como balneoterapeuta e na reali-

zação de visitas guiadas experimentais, entre 2011 e 2014.

Em 2015, a sua tese de mestrado foi editada pela Fundação Oriente, com os apoios da Direção Regional de Cultura do Algarve, Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Monchique. No mesmo ano, trabalhou como investigadora na área de História da Arte num projeto sobre o património arquitetónico e artístico da Companhia União Fabril na sua cidade natal, Barreiro. Colaborou com a Câmara Municipal de Lisboa na inventariação do azulejo no espaço público (PISAL).

É a fundadora da Outra História – Turismo e Património, projeto de animação turística, consultoria e formação, dedicado ao património histórico-artístico português.

Mestre em Arte, Património e Teoria do Restauro pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

E-mail: amlpinto@hotmail.com